



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo n.º 50193-67.2019

Assunto: Contratação do serviço de transporte de urnas: eleições 2020.

Parecer n.º. 244/2020

1. Retornam os autos do processo com vistas à contratação do serviço transporte de urnas para as eleições de 2020 albergando expediente (doc. n.º 386069) por meio do qual o Pregoeiro informa que, no curso do Certame n.º 28/2020, a licitante classificada em primeiro lugar para o lote 3 deixou de enviar com a sua proposta a declaração de que pretende subcontratar o transporte aquaviário, documento exigido na condição 11.1.3, “e.2.1” do instrumento convocatório para as empresas que não apresentem a comprovação de habilitação e registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM.
2. Instada a manifestar-se via *chat*, a empresa aduziu que, por não constar no rol do art. 4º, XIII, da Lei n.º 10.520/2002, a falta momentânea de envio do referido documento não poderia justificar a sua inabilitação. Informou ainda que aguardou a confirmação da arrematação do lote que contemplasse o transporte marítimo para atender a predita exigência, tendo solicitado a abertura de campo para envio de anexo quando tão circunstância foi verificada.
3. Por seu turno, o Pregoeiro, ao submeter a *quaestio* a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, ponderou que não parecia razoável desclassificar a empresa ofertante da proposta mais vantajosa com base num excesso de rigor formal.
4. *Ab initio*, cumpre-nos esclarecer que, dentre as condições de habilitação jurídica exigidas pelo edital para o item 1 e o lote 3, consoante o art. 28, V, da Lei n.º 8.666/93, está a comprovação da autorização, pela ANTT, para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal. Todavia, sendo facultada a subcontratação da parcela do serviço relacionada a tal requisito, as licitantes, para serem dispensadas da apresentação do documento legalmente exigido, devem anexar a declaração em comento, resguardando a Administração dos riscos relativos à participação de empresas menos atentas, que podem ocasionar embaraços na execução do ajuste.
- 4.1. Com efeito, poderia o instrumento convocatório estabelecer que apenas oportunamente, quando da necessária verificação da idoneidade e capacidade técnica da subcontratada, fosse apresentada a respectiva habilitação e registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre. Entretanto, a fim de conferir maior segurança quanto ao atendimento da integralidade das condições de habilitação pelas licitantes, foi prevista a certificação, durante o procedimento licitatório, da intenção de terceirização de parte dos serviços.

(Fl. 2 do Parecer nº 244/2020)

4.2. Portanto, salvo melhor juízo, não se analisa, *in casu*, a admissão de apresentação posterior de documento de habilitação. Assim, a diligência do Pregoeiro com vistas a certificar a efetiva intenção de subcontratação da parcela de transporte marítimo/fluvial parece-nos providência inclusive recomendável, com vistas à juntada, pela licitante, de declaração explicitando tal intuito.

É o parecer.

Salvador, 21 de maio de 2020.

Claudia Costa
Analista Judiciário